

ATA DA 025ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA GUERRA DO CONTESTADO
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

Sumário

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre os conflitos que resultaram na Guerra do Contestado.

FERNANDO TORKASKI - Aborda os interesses políticos e econômicos que levaram à Guerra do Contestado.

PÉRICLES PRADE - Refere-se aos fundamentos da Guerra do Contestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Silvio Dreveck;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Padre Pedro Baldissera;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Maurício Eskudlark;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dirceu Dresch;

(Palmas)

A presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares pela passagem do centenário da Guerra do Contestado.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do Hino Nacional.)
(Palmas)

Convido o eminente deputado Gilmar Knaesel para fazer parte da mesa.

Gostaria de citar as autoridades presentes: Senhor major Washington Luiz de Paula, neste momento representando o comandante da 14ª Brigada de Infantaria;

Senhor tenente-coronel Araújo, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro;

Senhor Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Senhor Fernando Tokarski, escritor e historiador;

Senhor presidente da Ric Record, Mário Petrelli;

Senhor Marcos Mozer, neste ato representando o excelentíssimo senador da República Paulo Bauer;

Senhor assessor parlamentar Walter Cavallari de Queiroz Guerreiro, neste ato representando o excelentíssimo senador da República Luiz Henrique da Silveira;

Senhor Gilberto de Paula Cruz, secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador;

Senhor Argos José Burgardt, secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas;

Senhor tenente Márcio Umeda Takashina, neste ato representado o comandante da Base Aérea coronel Claus Kilian Hardt;

Senhor Ari Adamy, presidente da Fundação Universidade do Contestado;

Senhor Cláudio Schultz, chefe de gabinete do município de São Bento do Sul;

Senhor Luiz Cláudio Gayer, assessor do governo do município de São Bento do Sul;

Senhora Soeli Regina Lima, historiadora e escritora;

Excelentíssima senhora Siomara Muhlmann Corrêa, vereadora do município de Três Barras;

Senhor Antônio Luiz de Miranda, Conselheiro de Turismo do estado, representando a região do Contestado;

Excelentíssimo senhor Alinor Lescovitz; vereador do município de Três Barras;

Excelentíssimo senhor Wilson Pereira, vereador, neste ato representando a Câmara Municipal do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor Daniel Cruz, vereador de Três Barras;

Magnífico reitor José Alceu Valério da Universidade do Contestado;

Excelentíssimo senhor Adelmo Alberti, prefeito do município de Bela Vista do Toldo;

Excelentíssimo senhor Renato Stasiak, prefeito do município de Porto União;

Excelentíssimo senhor Aldomir Roskamp, prefeito do município de Monte Castelo;

Excelentíssimo senhor Darcy Batista Bendlin, prefeito do município de Matos Costa;

Excelentíssimo senhor Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor João Rodoger de Medeiros, prefeito do município de Santa Cecília;

Excelentíssimo senhor Vanderley Theodoro Agostini, prefeito do município de Curitibanos;

Excelentíssimo senhor Alcides Francisco Boff, prefeito do município de Calmon;

Excelentíssimo senhor Rubens Bernardo Schmidt, prefeito do município de Ponta Alta do Norte;

Excelentíssimo senhor Jaime Cesca, prefeito do município de São Cristovão do Sul;

Excelentíssimo senhor Antonino Tiburcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo;

Excelentíssima senhora Ivonete Zager Felisbino, prefeita do município de Frei Rogério;

Excelentíssimo senhor Genir Antônio Junkes, prefeito do município de Santa Terezinha;

Excelentíssimo senhor Imar Rocha, prefeito do município de Caçador;

Excelentíssimo senhor Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Valdecir Ferens, vice-prefeito do município de Santa Terezinha;

Excelentíssimo senhor Elemar Koch, vice-prefeito do município de Calmon;

Excelentíssimo senhor Marcos de Beffart, vice-prefeito do município de Correia Pinto;

Excelentíssimo senhor Beto Faria, vice-prefeito do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor Vânio Foster, prefeito do município de Correia Pinto;

Excelentíssimo senhor Ingo Weiss, vice-prefeito do município Rio das Antas, neste ato representando o município;

Excelentíssimo senhor Hélio César Wendt, prefeito do município de Itaiópolis;

Excelentíssimo senhor Israel Kiem, prefeito do município de Major Vieira;

Excelentíssimo senhor Paulo Sérgio Dutra, prefeito do município de Mafra;

Solicito o eminente deputado Silvio Dreveck que assuma esta Presidência para que este deputado possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Senhor presidente; colegas parlamentares; integrantes desta mesa; todos os que prestigiam esta sessão especial da nossa Assembleia Legislativa; você que assiste à TVAL; que escuta a nossa Rádio AleSC; a Internet; senhoras e senhores.

Quero saudar o senhor Leoberto Weinert, prefeito de Canoinhas, em nome de todos os prefeitos presentes;

Saudar o senhor Beto Farias, vice-prefeito de Canoinhas e futuro prefeito, em nome de todos os vice-prefeitos presentes.

Saudar também o senador Casildo João Maldaner, que há uma hora fez um importante pronunciamento da nossa Guerra do Contestado.

A presente sessão especial foi por mim convocada e sua realização aprovada pela Mesa da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina em reverência a todos os que participaram do

episódio que chega a seu centenário, a Guerra do Contestado, conflito épico e marcante para a nossa história que mudou o cenário de Santa Catarina depois de conflagrar uma área de aproximadamente 20 quilômetros quadrados, banhando de sangue durante longos 46 meses a região que vai do planalto catarinense, de Curitiba, Lages, até Canoinhas e Porto União, chegando ao meio-oeste, passando por Caçador, Joaçaba, até a região de Irani, para citar os municípios que já existiam naquela época.

Os mais jovens talvez não façam ideia da extensão daquele conflito, e para dar a dimensão do que foi, da sua amplitude, basta lembrar que em sucessivos combates pereceram entre cinco e oito mil integrantes das forças insurgentes da região, e entre oitocentos e mil soldados de guarnições do governo federal e dos estados. Foram destruídos, durante o período do Contestado, cerca de nove mil casas e casebres em toda a região, incluindo povoados inteiros. Morreram homens, mulheres, velhos e crianças.

Quando aqui falamos de conflito entre estados, começamos a contextualizar a questão política dos limites de Santa Catarina e do Paraná, que se vinham acirrando desde o início do Século XX, com demandas judiciais em que o nosso estado requeria, junto à União, o direito de expansão de suas fronteiras territoriais.

Este foi apenas um dos componentes de deflagração de conflitos, aí numa esfera político-administrativa. Mas muito mais forte foi o componente social, que veio ganhando corpo após a conclusão da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, o antigo elo de ligação do sul com o leste do Brasil, nossa grande ferrovia da época, que foi construída por uma empresa norte-americana, a Brazil Railway Company.

A obra que envolveu esta ferrovia foi muito grandiosa para o seu tempo. Imaginem, se hoje ainda é um grande esforço construir um ramal ferroviário em nosso país, o que foi aquela obra, realizada há mais de cem anos.

Pois o ramal que hoje está desativado, que vai de Mafra a Piratuba, acabou de ser construído em 1910, num esforço enorme, com os trilhos sendo assentados em meio à mata nativa, com os operários tendo que rasgar a floresta, construir pontes, transpor rochas, tudo em nome de um grande projeto de integração nacional.

Mas foi a partir da conclusão da obra que a empresa começou a demitir os trabalhadores, a grande maioria deles homens simples, operários braçais, muitos jagunços, xucros, gente que tinha família, que precisava continuar ganhando a vida.

Eles perderam não apenas seus empregos, mas em seguida também suas terras, pois haviam se fixado ao longo do trecho da ferrovia, e um acordo do governo da República Velha garantia à empresa, por meio de uma subsidiária, a Lumber, o direito à exploração da madeira numa enorme faixa de 15 quilômetros para cada lado da estrada de ferro.

Sem pensar na gente que ali estava - todos posseiros, é bem verdade -, o governo federal considerou a área de aproximadamente 280 mil alqueires como terras devolutas da União, o que gerou um processo de expulsão das famílias. A empresa Lumber, de um norte-americano chamado Percival Farquhar, que era um homem de muitos negócios com o governo brasileiro, começou a tirar pinheiro, imbuia e outras madeiras nobres, a construir grandes serrarias em Calmon e Três Barras. E montou uma verdadeira força policial, até com cowboys americanos para tirar quem estivesse pela frente na área de exploração das riquezas, a nossa madeira que depois ia embora, tanto para o centro do Brasil, como para o porto de São Francisco do Sul, para ser exportada, porque aí já estava implantado também o ramal de Mafra para o litoral. Ou seja, a estrada de ferro que deveria proporcionar um salto de desenvolvimento, que foi fator de geração de emprego e ocupação das terras, acabava por gerar um grande conflito social.

Aquela gente sofrida, então revoltada, começou a se organizar, inclusive com alguns fazendeiros que também tiveram suas terras expropriadas. E

ganhou força um terceiro ingrediente para o conflito, que foi a questão religiosa.

Naquele tempo a medicina era precária, a religiosidade carecia de templos e pastores dos rebanhos daquela gente simples da região. Faltavam padres e igrejas. Faltavam médicos e hospitais.

Naquele cenário, desde o Século XIX, ganhou espaço o componente messiânico, a figura de monges que promoviam curas, que tinham o dom de promover a salvação de doentes com rezas e o conhecimento de remédios naturais, feitos com infusões. Eles conquistavam fiéis e eram reconhecidos como expoentes religiosos.

Primeiro foi João Maria D'Agostini, depois João Maria de Jesus, por último *José Maria*, este já no período em que o conflito do Contestado estava se estabelecendo com todos os seus ingredientes.

Então, já havia seguidores se organizando para um enfrentamento às milícias da empresa que vinha para explorar a madeira e expulsar a gente simples do lugar, as pessoas buscavam na fé e no sobrenatural um caminho para suas dores, e aquele conflito local estava em meio a outro, de ordem política, pelas divisas de Santa Catarina e Paraná.

Daí em diante, veio uma guerra sangrenta e desigual, em que jagunços e a gente simples se defrontavam contra milicianos e depois militares, um conflito em que uns iam com bastões e algumas espingardas enquanto o outro lado atacava com metralhadoras e os melhores armamentos. Em que pela primeira vez se utilizou no Brasil a aviação para fins militares, para avistar os insurgentes em meio à mata espessa. Em que os moradores originais da área tiveram que usar técnicas de guerrilha para sobreviver.

Mas aquele conflito, que passou por muitos episódios, em que o sangue correu em muitos rincões de Santa Catarina, acabou com os insurgentes derrotados, pela exaustão e pela fome. Mas ainda assim podem ser considerados responsáveis pela integração de Santa Catarina, pois uma grande área de nosso Estado passou a ser

reconhecida como território catarinense, a ponto de o Contestado ser uma grande marca do nosso regionalismo.

O Contestado marca os 100 anos de Santa Catarina por inteiro, é um episódio que não pode ser esquecido, merece o nosso reconhecimento, pois tantas vidas se perderam numa grande guerra, que para uns foi santa, para outros econômica ou política, mas hoje precisa ser vista como uma página que resultou na integração catarinense.

Eu tenho muito orgulho de pertencer à região do Contestado. De ter uma família radicada naquela região, onde hoje reina a paz e buscamos o progresso. Lá no Planalto Norte, como no Meio Oeste e em toda a Região Serrana, há muita gente com origens nas famílias que participaram da Guerra do Contestado. E não estamos interessados de que lado estavam nossos *ancestrais*. Mas hoje devemos reconhecer que aquele conflito ajudou a construir a nossa identidade, que é guerreira, de gente determinada a vencer e construir um Estado ainda melhor, com a visão sempre voltada para um futuro mais próspero, de mais igualdade social, de bem-estar para todos os catarinenses.

Há por trás daquele episódio da história muito para lembrar.

O exemplo da construção da ferrovia como fator de integração é um deles. Eu que sou filho de um ferroviário, defendo até hoje a grande importância que este modal de transporte representa para o desenvolvimento de nossa economia. Não só como meio de transporte das pessoas, mas para deslocar riquezas e promover o desenvolvimento.

Quando lembramos do messianismo, que foi uma marca do Contestado, também temos que lembrar do *respeito à fé*, da *pluralidade de crenças*, do respeito a todo tipo de forma de expressão, que é a *essência da Democracia*. E num outro viés devemos pensar na questão da qualidade de vida das pessoas, no acesso à saúde, pois naquele tempo muitos recorriam aos monges para buscar a salvação de doenças, para a cura milagrosa, para o amparo na fé às questões de saúde que não poderiam ser resolvidas de outra forma.

E quando pensamos na questão política do Contestado, no conflito de divisas com o Paraná, podemos lembrar que, ainda hoje, Santa Catarina reivindica os *royalties* da exploração do petróleo, quer ter direito a uma participação maior nas riquezas que consideramos ser nossas de direito e de fato.

Mas, mais importante que tudo, daquele episódio que hoje aqui festejamos seu centenário, devemos pensar na lição que o grande conflito proporcionou, que foi a integração catarinense, construída com tanto sacrifício, uma integração que devemos incentivar todos os dias, que é a *missão maior* desta Assembleia Legislativa, de promover o bem-estar dos catarinenses e a valorização de nosso Estado no contexto de nosso país e para além de suas fronteiras.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Neste momento, passo a Presidência, novamente, ao sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Queremos saudar o exmo. sr. prefeito do município de Campos Novos, Vilibaldo Erich Schmidt; o exmo. sr. prefeito do município de Três Barras, Eloi José Quege; o sr. presidente da Santur, Valdir Rubens Walendowski.

Convido, neste momento, o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos municípios que através de seus antepassados lutaram pela defesa do território catarinense e todas as personalidades que participaram para o desenvolvimento da região do Constestado.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer as entregas das seguintes homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Cesar Augusto Grubba, secretário de estado da Segurança Pública, neste ato representando o sr. João

Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcos Moser, neste ato representando o exmo. sr. Paulo Bauer, senador da República.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o exmo. sr. Walter Cavallari de Queiroz Guerreiro, neste ato representando o exmo. sr. Luiz Henrique da Silveira, senador da República.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Antônio Aguiar.

Convido para fazer as entregas das homenagens o sr. deputado Dirceu Dresch e o sr. deputado Gilmar Knaesel.

Convido para receber a homenagem o sr. professor Fernando Tokarski, historiador e membro da Academia de Letras Vale do Iguaçu;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Patrícia Beal de Córdova, neste ato representando o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Péricles Prade, neste ato representando a Academia Catarinense de Letras;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor José Alceu Valério, neste ato representando a Fundação Universidade do Contestado, UNC;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem aos municípios que fazem parte da região do Contestado.

Agradeço ao deputado Dirceu Dresch e ao deputado Gilmar Knaesel.

Convido o deputado Antônio Aguiar e a deputada Luciane Carminatti, para fazer a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o sr. Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Elói José Quege, prefeito do município de Três Barras.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adelmo Alberti, prefeito do município de Bela Vista do Toldo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Sr. Imar Rocha, prefeito do município de Caçador.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ismael Kiem, prefeito do município de Major Vieira.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Hélio Cesar Wendt, prefeito do município de Itaiópolis.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Genir Antônio Junckes, prefeito do município de Santa Terezinha.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Antônio Aguiar e também à deputada Luciane Carminatti.

Convido para fazer as entregas das homenagens o sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem o sr. Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Aldomir Roskamp, prefeito do município de Monte Castelo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Sérgio Dutra, prefeito do município de Mafra.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Rodoger de Medeiros, prefeito do município de Santa Cecília.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido o sr. deputado Maurício Eskudlark e o sr. deputado Antônio Aguiar, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Renato Stasiak, prefeito do município de Porto União.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Darcy Batista Bendlin, prefeito do município de Matos Costa.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alcides Francisc Boff, prefeito do município de Calmon.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem do deputado Maurício Eskudlark o sr. Ingo Weiss, vice-prefeito do município de Rio das Antas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

Convido para receber a homenagem do deputado o sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ivonete Zager Felisbino, prefeito do município de Frei Rogério.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Wanderley Theodoro Agostini, prefeito do município de Curitibanos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Jaime Cesca, prefeito do município de São Cristóvão do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Rubens Bernardo Schmidt, prefeito do município de Ponte Alta do Norte.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Neodi Saretta.

Convido para receber a homenagem o sr. Vilibaldi Erich Schmidt, prefeito do município de Campos Novos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vanio Fortes, prefeito do município de Correia Pinto.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem à sra. Roselina Cristina Pereira, testemunha ocular da história da Guerra do Contestado, marco significativo da união dos catarinenses.

Esta senhora tem, conforme informação que recebi, apenas 105 anos com essa disposição.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convidamos o jornalista Valter Souza para receber a homenagem destinada ao senador Casildo João Maldaner, seu cunhado.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Convidamos a todos para, após a sessão, assistirem a apresentação, no *hall* deste Poder, do espetáculo *Heróis do Contestado*, obra dirigida e coreografada pela professora de dança Nádia Inês Grapégia Zolet e pesquisa histórica de Rosa Maria Tesser.

O espetáculo visa fortalecer a cultura regional, mostrando a saga do homem do Contestado nas diferentes paragens em que ele se encontrava, respaldando o caboclo, nos seus usos, costumes e hábitos, bem como seus meios de sobrevivência nas fontes econômicas e na expressão artístico-cultural do relacionamento do cotidiano.

O espetáculo de hoje contempla as coreografias de Francisca Roberta, Chica Pelega, Adeodato Manoel Ramos e Maria Rosa. Os bailarinos são atores que fazem parte dos grupos *Acqua Dança* e *Malha Dança* de Piratuba, Santa Catarina.

Os bailarinos são amadores e fazem parte estudantes e professores da rede municipal e estadual."

Neste momento, o coral brindará a todos com a música *Bela e Santa Catarina*, de José Acácio Santana.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos historiadores, o historiador Fernando Torkaski.

O SR. FERNANDO TORKASKI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, integrantes da mesa, prefeitos, historiadores e autoridades presentes, quando nos primeiros dias de abril de 1915 os soldados do ensandecido capitão Tertuliano Potyguara arrasaram o reduto de Santa Maria deixando um dantesco cenário de mortes, mais de uma centena de crianças ficaram vagando entre os cadáveres mutilados.

Majestosa, sob a pretensa ameaça monarquista, a claudicante república estava consolidada nos sertões do Contestado, embora os campônios chacinados tivessem morrido sem conhecer a

bandeira auriverde, nem mesmo as primeiras letras do Hino Nacional ou as virtudes do novo estado. Mas o lema da ordem e do progresso havia prevalecido diante dos tiros dos canhões e sob as baionetas caladas, inclusive, na alma dos miseráveis.

O que fazer com aqueles infantes? A república não lhes tinha guarida, nem orfanatos, muito menos lares. A pequena massa de órfãos e deserdados era estorvo para a pátria. É claro que os minuciosos 'relatórios' do general Setembrino de Carvalho ignoraram o trágico destino daqueles incapazes. Mas os vaqueanos do coronel Fabrício Vieira e do capitão Pedro Leão de Carvalho, o Pedro Ruivo, eram homens de confiança e sabiam o que deveria ser feito. Para o bem nacional, ao fio de espadas e facões as crianças foram apagadas da história.

O historiador Nilson Thomé, uma das maiores autoridades brasileiras quando se fala em Guerra do Contestado, tem uma das melhores definições sobre o conflito ao dizer que para os estudiosos ela foi uma insurreição xucra ou uma guerra civil; para os religiosos, uma rebelião de fanáticos; para os sociólogos, um conflito social; para os antropólogos, um conflito messiânico; para os políticos, uma tentativa de desestabilização das oligarquias; para os administradores públicos, uma questão de divisas; para os militares, tratou-se de uma campanha militar; para os socialistas, uma luta pela terra. Entretanto, para historiadores regionais a Guerra do Contestado foi tudo isso simultaneamente.

Se o Contestado tem um ciclo tropeiro, à gênese da sua formação territorial também podemos dizer que a região foi batizada sob a égide do facão lapeano, quando os ervais se tornarão o paraíso nos primórdios da economia do chimarrão. E milhares de pessoas encontraram naquele pedaço de chão o verde eldorado. A história da região do Contestado e a história da erva-mate. No verde do chimarrão sintetizamos nossas tradições e o fausto da nossa economia, principalmente quando vivíamos sob a febre do mate e muito contribuimos para o desenvolvimento de Santa Catarina, sustentando

inclusive as bases da industrialização de Joinville.

O facção lapeano norteou os primeiros passos da ocupação e alimentou a formação do homem regional. Mais tarde, é bem verdade, o mesmo facção também serviu como contundente instrumento de ataque e defesa na Guerra do Contestado. Mas foi o mesmo rude, porém valioso e servil, facção lapeano que abriu atalhos, teceu descampados, desenhou caminhos, construiu moradas e espargiu povoados.

Acredito que neste momento é desnecessário reprisar os incontáveis fatos cronológicos da Guerra do Contestado. Ela marcou o início do exército nacional moderno, o uso do avião como instrumento de guerra na América e o surgimento de uma leva de jovens oficiais como inimigos ferrenhos da liberdade e que tinham forte preconceito contra o povo inculto. Esses militares como Euclides de Figueiredo, Teixeira Lott e outros, desovaram suas ideias nas revoluções posteriores, inclusive no Golpe Militar de 1964.

Quando o exército chegou à região, não trouxe qualquer preocupação social, ele veio para proteger interesses econômicos e políticos como o da construção da ferrovia, garantir o funcionamento da madeireira, a manutenção das oligarquias locais e o fortalecimento do jovem e claudicante modelo republicano. Ao invés de trazer escolas, professores, meios de transporte, saúde e segurança o governo preferiu enviar canhões, bombas, metralhadoras, fuzis, execuções sumárias e degolas.

A Guerra do Contestado serviu para redesenhar os mapas de Santa Catarina e do Paraná, mas também serve para entendermos por que a região do conflito é a catarinense mais pobre. Durante 63 anos a região ficou sob disputa, mas em 1916 oficial e definitivamente ela foi incorporada a Santa Catarina, efetivamente isso não ocorreu até hoje, passados quase cem anos do final do conflito.

No entendimento dos governantes, os revoltosos do Contestado eram apenas bandidos e vadios que aviltavam o sistema republicano e os interesses

capitalistas. Não eram trabalhadores nem homens honrados. Para isso precisavam ser extirpados da vida, tais quais as crianças do reduto de Santa Maria. Mesmo cessada a guerra, a população do Contestado viveu à margem dos grandes empreendimentos econômicos e sociais, como cidadãos de segunda classe, adotados por necessidade e piedade.

Para compreender a razão essencial do Conflito do Contestado, é necessário centralizar a entrada do capitalismo nas áreas rurais expropriando terras e transformando costumes e tradições, numa investida feita em nome do progresso e da civilização, ostensivamente apoiada pelo governo e pelas elites. Não é à toa que ela foi chamada de A Guerra do Progresso.

O capitalismo brasileiro, tal qual conhecemos, nasceu no Contestado. A Brazil Raylway e a Lumber inauguraram no país o sistema imperialista que viria a se consolidar no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. O Contestado é apenas a história de uma guerra, mas um dos fenômenos mais importantes da história nacional, um exemplo de uma luta pela justiça social. É o episódio mais emblemático da história catarinense e um dos mais importantes da história do país, embora alguns historiadores insistam em ignorá-lo ou a tratá-lo com irrelevância.

Hoje estamos comemorando os cem anos do início da Guerra do Contestado. Estamos orgulhosos por estarmos aqui nesta Casa em ocasião tão solene, representando neste modesto pronunciamento aqueles que estudam o conflito e entendem o seu significado na historiografia e no cotidiano econômico, social e político regional.

Todavia, é relevante dizer que os baixos índices de desenvolvimento humano registrados na região do Contestado são frutos de um modelo econômico questionável, seguidor da lógica das serrarias, que é a exploração desenfreada do meio ambiente, dos baixos salários, do lucro desmedido e a da concentração de renda e da aplicação dos lucros em outros locais; da exaustão das fontes e

do fim irremediável tendo como heranças a pobreza e as desigualdades sociais.

Hoje, empresas transnacionais regionalmente dominam o plantio e a extração de espécies arbóreas exóticas, mas a realidade continua a mesma, agravada pela proliferação de desertos verdes, de persistentes agressões ambientais e da redução da presença do homem nas áreas rurais, ampliando os inchaços urbanos e os problemas deles decorrentes.

Na condição de historiadores não temos condições de asseverar o que necessita ser feito para efetivamente inserir a região do Contestado no quadro daquela imagem de desenvolvimento, prosperidade e qualidade de vida que as governanças e os veículos midiáticos mostram quando se fala de Santa Catarina. Mas arriscamos a dizer que esse processo necessariamente passa pelo resgate da dívida histórica que o litoral e Joinville têm com a região do Contestado, com mudanças substanciais na planta econômica e também, especialmente, com a ampliação e a valorização da representatividade política regional. O Contestado não pode continuar apenas como um celeiro de votos.

De certa forma, passados cem anos do início do conflito, o território do Contestado precisa ser presenteado no mapa das prioridades políticas públicas, pois sua população continua carente de medidas efetivas que promovam a sua inserção no contexto social, evitando que a orfandade das crianças do cerco e do massacre de Santa Maria se perpetue e se petrifique na população regional como a única herança a ser tragicamente comemorada nos próximos aniversários da Guerra do Contestado.

Que São João Maria abençoe a todos!

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de saudar ainda o excelentíssimo sr. prefeito do município de Piratuba, Adélio Spanholi.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o escritor, dr. Péricles Prade, presidente da Academia Catarinense de Letras.

O SR. PÉRICLES PRADE - Na pessoa do deputado Antônio Aguiar, estendo os meus cumprimentos aos integrantes desta augusta mesa parlamentar.

Autoridades exponenciais, demais autoridades, prefeitos, prefeita, senhoras e senhores.

Pretendia, inicialmente, fazer algumas incursões de ordem histórica haja vista a cerimônia hoje realizada, visando lembrar um episódio de tanta ressonância geográfica e histórica.

Contudo, não o farei como me propunha por quê? Porque ouvindo os discursos do presidente desta mesa e do historiador Fernando Tokarski, senti que tudo acabou se afunilando e foram felizes ao comentarem, de forma concisa e precisa, tudo o quanto ocorreu na Guerra do Contestado, examinando-a sob vários aspectos, voltando-se ao passado e com os olhos dirigidos ao futuro.

Entretanto, não posso também me furtar, nesta oportunidade, de assinalar alguns pontos, sendo que muitos poderão ser repetidos porque são questões de todos conhecidas, muito embora alguns detalhes muitas vezes não tivessem sido examinados como deveriam sê-lo.

São vários os denominados fundamentos, origens ou fatores da Guerra do Contestado: o religioso de cunho messiânico, o antropológico, o sociológico, o psicológico, o econômico, o político e o jurídico. E feliz estou agora ao perceber uma conjunção de ponto de vista, ou seja, aquele aqui declinado pelo historiador na linha segundo a qual nós não podemos nos fundar num único ponto porque há uma conjugação de fatores, fruto do caldo da cultura da época.

Ainda assim é importante lembrar no que tange ao fundo religioso de natureza messiânica. Este fundo retrata uma eleição por parte de pessoa simples de um modo diferenciado de ver as coisas à margem da religião instituída, porque o importante é sempre voltar-se para um mundo elevado e superior. Tanto que a monarquia, à época referida, não era aquela que dizia respeito à lembrança dos Bragança, mas a

monarquia celeste, a do céu, que tem outra organização sem os reis e aquele *entourage* que todos nós conhecemos.

Essa visão religiosa messiânica é também de natureza antropológica porque se coaduna com a abordagem em que marcante é o perfil ou a posição do homem, ou dos homens que integram determinada comunidade. E se assim se fala, é porque também o lado sociológico é muito importante, porque houve, na época, uma crise social muito forte, a miséria era muito grande, posseiros foram desalojados, apesar da vida miserável em que viviam e conviviam.

Esse lado social, por sua vez, está imbricado com um fundamento que se pode denominar econômico porque naquele tempo houve a influência forte de um capitalismo com grande capilaridade no país, sob os auspícios e comando de um grande capitalista, Percival Faccort, que recebeu concessões do governo para exploração das nossas riquezas, e se é um lado positivo que é a abertura do progresso, há o outro lado que é a dizimação de vidas que ocorreram no antanho.

Esse lado econômico, ainda que haja essa conjugação de fatores, talvez seja o mais relevante de todos, tendo em vista a influência da empresa Halloween Company que depois, através da subsidiária Lumber and Collogencian Company, criaram situações consideradas irreversíveis tendo em vista o patrocínio político dos coronéis da época considerando a confluência de desejos comuns dos governos federal, estadual e local para, despejar todos aqueles, que apesar da miséria, podiam criar problemas às pretensões desenvolvimentistas ou de riquezas.

E por falar em político, quero dizer que no empate entre os parlamentares paranaenses e catarinenses foram os nossos que levaram a melhor, porque foram muito mais contundentes na defesa das nossas preocupações, em que pese certas influências nocivas, e tivemos conquistas no Supremo Tribunal Federal. A primeira em 1904, e depois em 1909, e depois em 1910, e não obstante isso a dificuldade da execução da decisão da Corte Superior.

Tudo isso ligado a uma situação jurídica, na questão dos limites, que acabou sendo levada a bom termo no Supremo pelo nosso defensor Conselheiro Mafra. Mas ainda os problemas se projetam e todos nós temos o dever de colaborar para a sua solução.

Hoje nada se comemora. Tragédia não se comemora, evoca-se. Aqui e agora há uma grande evocação. A evocação de um episódio histórico de repercussão local, estadual, brasileira e mesmo internacional devido a estudos que são efetuados a propósito dessa grande questão.

Agradeço a todos a oportunidade de ser ouvido. E agradeço principalmente o fato de ser escolhido para representar os homenageados em virtude de suas excelsas qualidades.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidado-os para um coquetel e apresentação do espetáculo Heróis do Contestado no *hall* deste Poder.

Teremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

